

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC)

PARECER N°, DE 2025

Da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), sobre as indicações de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2026 (PLOA 2026), Projeto de Lei n° 15, de 2025-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2026".

Relator: Senador FLÁVIO BOLSONARO

I - Relatório

Conforme disposto no art. 166 da Constituição e nos termos dos arts. 43 a 45 da Resolução nº 1, de 2006-CN, esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor reúne-se para deliberar sobre as emendas a apresentar ao Projeto de Lei nº 15, de 2025-CN (PLN 15/2025), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2026", o Projeto de Lei Orçamentária para 2026 (PLOA 2026).

No prazo avençado, foram apresentadas 30 (trinta) sugestões de emendas, destinadas a programações orçamentárias de políticas públicas abrigadas pela competência regimental desta Comissão. Das sugestões apresentadas, 2 (duas) são emendas de texto e 28 (vinte e oito) são emendas à despesa classificadas como de apropriação, conforme art. 37 da Resolução nº 1, de 2006-CN. Não foram apresentadas emendas de remanejamento.

As emendas sugeridas pelos Nobres Pares encontram-se listadas no Quadro I do Anexo, sendo referenciadas neste voto pelo número de ordem no mencionado quadro.

É o relatório.





Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC)

II - Análise

O art. 43 da Resolução n° 1, de 2006-CN, prevê que as comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e as comissões mistas permanentes do Congresso Nacional, no âmbito de suas competências regimentais, possam apresentar emendas ao projeto de lei orçamentária anual. Nos termos do art. 44, § 1°, do mesmo diploma normativo, faculta-se a cada comissão a apresentação de até 8 (oito) emendas à despesa, sendo 6 (seis) de apropriação e 2 (duas) de remanejamento.

São elegíveis para apresentação de emendas iniciativas alinhadas às competências regimentais da Comissão (art. 43 da Resolução nº 1/2006-CN). As emendas devem ter caráter institucional e representar interesse nacional ou regional, observado o art. 4º e a definição de ações estruturantes do § 1º do art. 2º da Lei Complementar nº 210, de 2024, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto ou relativa a ações e serviços públicos de saúde (idem, art. 44, inciso II).

Em relação às 28 (vinte e oito) indicações de emendas de apropriação, apesar de reconhecer a relevância e o mérito de todas as sugestões apresentadas, após cuidadosa análise, e diante da limitação imposta pela Resolução nº 1/2006-CN e pela Lei Complementar nº 210/2024, encaminhamos para acolhimento seis das indicações recebidas.

Entre as indicações que atendem aos requisitos regimentais, esta Comissão priorizou aquelas que receberam maior quantidade de apoios parlamentares e cujas programações de caráter nacional estão alinhadas às relevantes políticas públicas relacionadas às competências desta Comissão.

Nesse sentido, das indicações de emendas à despesa, quatro ações receberam sugestões de múltiplos parlamentares e, por essa razão, foram encaminhadas para acolhimento.





Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC)

Entretanto, considerando que esta Comissão pode apresentar até 6 (seis) emendas de apropriação, propõe-se a inclusão das indicações referentes às ações 21BM e 214J, que se destacam pela relevância socioeconômica, pertinência temática e caráter de reforço às programações abrangidas pelas indicações previamente selecionadas. Dessa forma, busca-se elevar a efetividade das políticas públicas relacionadas a esta Comissão.

Reforça-se que a ação 21BM (Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade), sob responsabilidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública, apresenta alta aderência às competências desta Comissão, na medida em que contribui para o fortalecimento da governança e da integridade institucional no âmbito da segurança pública. O aprimoramento das políticas de prevenção e enfrentamento da criminalidade fortalece a capacidade estatal de prevenir práticas relacionadas à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao crime organizado. Ademais, trata-se de ação com alcance nacional, voltada à formulação de estratégias e à coordenação interfederativa, reforçando a coerência temática com outras programações apoiadas por esta Comissão.

Por sua vez, a ação 214J (Fiscalização em Metrologia), guarda pertinência direta com o escopo da defesa do consumidor e da transparência nas relações de consumo, previstos nas competências regimentais desta Comissão. O fortalecimento das atividades de fiscalização em metrologia e qualidade visa assegurar confiabilidade, segurança e informação clara ao cidadão, pilares essenciais para o funcionamento equilibrado das relações de mercado e para a proteção do consumidor. Trata-se de ação que, ao garantir a conformidade técnica de produtos e serviços e coibir práticas enganosas, promove maior segurança nas relações de consumo e busca fortalecer a confiança social nos mecanismos de regulação e controle, objetivos centrais da atuação desta Comissão.





Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC)

As duas ações, portanto, contribuem para um sistema de integridade pública abrangente, reforçando, por um lado, a segurança e o combate ao crime organizado (ação 21BM) e, por outro, a transparência e a qualidade nas relações de consumo (ação 214J). Ambas se inserem de forma harmônica no conjunto das emendas já selecionadas, que contemplam o fortalecimento da CGU, da AGU, da PRF e da Proteção e Defesa do Consumidor, compondo um conjunto coerente e interligado de políticas públicas voltadas à promoção da integridade, do controle e da boa governança no setor público e nas relações sociais e econômicas.

Portanto, indicamos as programações constantes do Quadro II do anexo como emendas à despesa de autoria da Comissão, todas classificadas como de apropriação.

Em relação às emendas de texto, as 2 (duas) indicações são coincidentes e buscam corrigir erro/omissão no Anexo V da Lei Orçamentária Anual (LOA), alterando o item 5.1.2, a fim de acrescentar a criação de 2.000 cargos de Auditor Fiscal do Trabalho, vinculados ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nos termos do Ofício nº 56128/2025 encaminhado pelo MTE aos Ministérios da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), do Planejamento e Orçamento (MPO) e da Fazenda.

Nota-se, portanto, que as sugestões de emendas de texto guardam relação com as competências dessa Comissão, notadamente quanto ao exercício da fiscalização e do controle dos atos do Poder Executivo e quanto à avaliação da prestação eficaz, efetiva e eficiente de serviços públicos.

Por essa razão, e não havendo impedimentos para a apresentação das emendas de texto, indicamos as sugestões constantes do Quadro II do anexo como emendas de autoria da Comissão.





Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC)

III - Voto

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor delibere pela apresentação das emendas de apropriação de despesas e das emendas de texto ao Projeto de Lei Orçamentária para 2026 constantes do Quadro II do Anexo, conferindo à Secretaria desta Comissão a incumbência de realizar as adequações que se fizerem necessárias para formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), inclusive para fins de acrescentar às emendas solicitantes que assim requererem à Comissão até a apreciação deste relatório, em conformidade com a ata desta reunião.

Sala da Comissão, em 12 de novembro de 2025.

Senador DR. HIRAN (PP/RR)
Presidente

Senador FLÁVIO BOLSONARO (PL/RJ) Relator





SENADO FEDERAL Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC)

ANEXO

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR QUADRO I - SUGESTÕES DE EMENDA AO PLN 15/2025 (PLOA 2026)

Num. Sugestão	Tipo de Emenda	Solicitante	Unidade Orçamentária	Cód. Ação	Ação - Subtítulo	Valor solicitado (R\$)
SF_CTFC0001	Acréscimo - Apropriação	Flávio Bolsonaro	30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	2334	Proteção e Defesa do Consumidor – Nacional	300.000.000
SF_CTFC0002	Acréscimo - Apropriação	Flávio Bolsonaro	37101 – Controladoria-Geral da União - Administração Direta	2D58	Auditoria Governamental, Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção – Nacional	300.000.000
SF_CTFC0003	Texto	Ana Paula Lobato	Anexo V, Cap I, Seção 5, Subseção 1, Alínea 2, Item 1	-	-	Não aplicável
SF_CTFC0004	Acréscimo - Apropriação	Ana Paula Lobato	40101 – Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta	20YU	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho – Nacional	800.000
SF_CTFC0005	Acréscimo - Apropriação	Ana Paula Lobato	40101 – Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta	20YU	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho – Nacional	7.000.000
SF_CTFC0006	Texto	Efraim Filho	Anexo V, Cap I, Seção 5, Subseção 1, Alínea 2, Item 1	1	-	Não aplicável
SF_CTFC0007	Inclusão - Apropriação	Styvenson Valentim	30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	2334	Proteção e Defesa do Consumidor – Nacional	10.000.000
SF_CTFC0008	Inclusão - Apropriação	Efraim Filho	30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	2334	Proteção e Defesa do Consumidor – Nacional	335.000.000





SENADO FEDERAL Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC)

Num. Sugestão	Tipo de Emenda	Solicitante	Unidade Orçamentária	Cód. Ação	Ação - Subtítulo	Valor solicitado (R\$)
SF_CTFC0009	Acréscimo - Apropriação	Efraim Filho	40101 – Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta	21AX	Gestão das Políticas de Trabalho – Nacional	30.507.494
SF_CTFC0010	Acréscimo - Apropriação	Marcio Bittar	30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	2334	Proteção e Defesa do Consumidor – Nacional	100.000.000
SF_CTFC0011	Acréscimo - Apropriação	Marcio Bittar	37101 – Controladoria-Geral da União - Administração Direta	2D58	Auditoria Governamental, Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção – Nacional	100.000.000
SF_CTFC0012	Acréscimo - Apropriação	Marcio Bittar	63101 – Advocacia-Geral da União	2674	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais – Nacional	100.000.000
SF_CTFC0013	Acréscimo - Apropriação	Marcio Bittar	30905 – Fundo de Defesa de Direitos Difusos	6067	Apoio e Fomento a Projetos de Defesa de Direitos Difusos – Nacional	500.000.000
SF_CTFC0014	Acréscimo - Apropriação	Randolfe Rodrigues	25101 – Ministério da Fazenda - Administração Direta	20Z7	Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil – Nacional	530.000.000
SF_CTFC0015	Acréscimo - Apropriação	Randolfe Rodrigues	83201 – Banco Central do Brasil - BACEN	20ZA	Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária – Nacional	151.000.000
SF_CTFC0016	Acréscimo - Apropriação	Randolfe Rodrigues	03101 – Tribunal de Contas da União	4018	Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais – Nacional	964.666.004
SF_CTFC0017	Acréscimo - Apropriação	Randolfe Rodrigues	25103 – Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	2237	Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira – Nacional	690.000.000
SF_CTFC0018	Acréscimo - Apropriação	Randolfe Rodrigues	37101 – Controladoria-Geral da União - Administração Direta	2D58	Auditoria Governamental, Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção – Nacional	309.854.184
SF_CTFC0019	Inclusão - Apropriação	Dr. Hiran	30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	21BM	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade – Nacional	20.000.000



SENADO FEDERAL Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC)

Num. Sugestão	Tipo de Emenda	Solicitante	Unidade Orçamentária	Cód. Ação	Ação - Subtítulo	Valor solicitado (R\$)
SF_CTFC0020	Acréscimo - Apropriação	Randolfe Rodrigues	83201 – Banco Central do Brasil - BACEN	21AY	Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo – Nacional	100.000.000
SF_CTFC0021	Inclusão - Apropriação	Mara Gabrilli	30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	2334	Proteção e Defesa do Consumidor – Nacional	12.000.000
SF_CTFC0022	Acréscimo - Apropriação	Damares Alves	63101 – Advocacia-Geral da União	2674	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais – Nacional	100.000.000
SF_CTFC0023	Acréscimo - Apropriação	Randolfe Rodrigues	63101 – Advocacia-Geral da União	2674	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais – Nacional	1.001.500.000
SF_CTFC0024	Inclusão - Apropriação	Mara Gabrilli	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2723	Policiamento, Fiscalização, Enfrentamento à Criminalidade e Corrupção – Nacional	600.000.000
SF_CTFC0025	Acréscimo - Apropriação	Damares Alves	37101 – Controladoria-Geral da União - Administração Direta	2D58	Auditoria Governamental, Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção – Nacional	100.000.000
SF_CTFC0026	Acréscimo - Apropriação	Randolfe Rodrigues	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2723	Policiamento, Fiscalização, Enfrentamento à Criminalidade e Corrupção – Nacional	990.000.000
SF_CTFC0027	Inclusão - Apropriação	Mara Gabrilli	30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	21BN	Gestão da Política de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – Nacional	1.000.000.000
SF_CTFC0028	Acréscimo - Apropriação	Damares Alves	30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	2334	Proteção e Defesa do Consumidor – Nacional	200.000.000
SF_CTFC0029	Acréscimo - Apropriação	Dr. Hiran	28202 – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro	214J	Fiscalização em Metrologia e Qualidade – Nacional	30.000.000
SF_CTFC0030	Inclusão - Apropriação	Ana Paula Lobato	30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	2334	Proteção e Defesa do Consumidor – Nacional	20.000.000



Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC)

QUADRO II - EMENDAS A SEREM APRESENTADAS AO PLN 15/2025 (PLOA 2026)

Emendas de Apropriação

Item	Unidade Orçamentária	Cód. da Ação	Descritor Da Ação	Subtítulo	Valor¹ (R\$)
1	30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública – Administração Direta	2334	Proteção e Defesa do Consumidor	Nacional	335.000.000

Sugestões atendidas por meio da mencionada programação do item 1: 1, 7, 8, 10, 21, 28, 30.

Solicitantes²: Flávio Bolsonaro, Styvenson Valentim, Efraim Filho, Marcio Bittar, Mara Gabrilli, Damares Alves, Ana Paula Lobato

Item	Unidade Orçamentária	Cód. da Ação	Descritor Da Ação	Subtítulo	Valor¹ (R\$)
2	37101 – Controladoria- Geral da União - Administração Direta	2D58	Auditoria Governamental, Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção	Nacional	309.854.184

Sugestões atendidas por meio da mencionada programação do item 2: 2, 11, 18, 25.

Solicitantes²: Flávio Bolsonaro, Marcio Bittar, Randolfe Rodrigues, Damares Alves

Item	Unidade Orçamentária	Cód. da Ação	Descritor Da Ação	Subtítulo	Valor¹ (R\$)
3	63101 – Advocacia-Geral da União	2674	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais	Nacional	1.001.500.000

Sugestões atendidas por meio da mencionada programação do item 3: 12, 22, 23.

Solicitantes²: Marcio Bittar, Damares Alves, Randolfe Rodrigues

² Foram considerados solicitantes a relatora da matéria bem como todos os parlamentares que apresentaram sugestões para a mesma ação orçamentária, ainda que em unidade orçamentária executora diversa, ou para emenda de remanejamento.



¹ O valor atribuído às emendas corresponde ao maior valor constante das sugestões aglutinadas.



Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC)

Item	Unidade Orçamentária	Cód. da Ação	Descritor Da Ação	Subtítulo	Valor¹ (R\$)
4	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2723	Policiamento, Fiscalização, Enfrentamento à Criminalidade e Corrupção	Nacional	990.000.000

Sugestões atendidas por meio da mencionada programação do item 4: 24, 26.

Solicitantes²: Mara Gabrilli, Randolfe Rodrigues

Item	Unidade Orçamentária	Cód. da Ação	Descritor Da Ação	Subtítulo	Valor¹ (R\$)
5	30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública – Administração Direta	21BM	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade	Nacional	20.000.000

Sugestões atendidas por meio da mencionada programação do item 5: 19.

Solicitantes²: Dr. Hiran

Item	Unidade Orçamentária	Cód. da Ação	Descritor Da Ação	Subtítulo	Valor¹ (R\$)
6	28202 – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro	214J	Fiscalização em Metrologia e Qualidade	Nacional	30.000.000

Sugestões atendidas por meio da mencionada programação do item 6: 29.

Solicitantes²: Dr. Hiran

Emendas de Texto

Item	Referência	Tipo	Texto Atual	Texto Proposto
1	Anexo V, Cap I, Seção 5, Subseção 1, Alínea 2, Item 1		CRIAÇÃO - QTDE: 8.677 PROVIMENTO - QTDE: 0 DESPESA NO EXERCÍCIO: PRIMÁRIA: 0 FINANCEIRA: 0 TOTAL: 0 DESPESA ANUALIZADA: PRIMÁRIA: 0 FINANCEIRA: 0 TOTAL: 0	5.1.7 Anteprojeto de Lei - Criação de Cargos Efetivos - Auditor Fiscal do Trabalho (AFT) CRIAÇÃO - QTDE 2.000 PROVIMENTO - QTDE 0 DESPESA NO EXERCÍCIO PRIMÁRIA 0 FINANCEIRA 0 TOTAL 0 DESPESA ANUALIZADA PRIMÁRIA 0 FINANCEIRA 0 TOTAL 0

Sugestões atendidas por meio da mencionada programação do item 1: 3, 6.

Solicitantes²: Ana Paula Lobato, Efraim Filho.

